



Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 06/2019

Data da Sessão Ordinária

22 de Novembro de 2019

Início

20:30 horas

Termo

23:12 horas



Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cento e cinquenta e seis, de seis de novembro de dois mil e dezanove.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Senhora Deputada Maria Teresa Braz de Matos Gaspar (PS) e o Senhor Deputado Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) tinham justificado as suas faltas.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Carla Alexandra Pereira Silvério, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida e Luís Manuel Marques Rodrigues. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: - José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luisa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino. Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Deputada Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira a ocupar o lugar de Segunda Secretária por falta justificada da Primeira Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. A Senhora Deputada Carla Alexandra Pereira Silvério ocupou o lugar de Primeira Secretária.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária – Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

faucik
AB

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Foi apresentada para análise e aprovação, a Ata de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se tinham alguma correção a fazer relativamente à Ata. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e cinco de Setembro, a vinte e dois de novembro de dois mil e dezanove e, do pedido de renúncia ao mandato do Senhor Deputado Municipal, António Manuel dos Santos Mendes (CDU), que passou a ler:-----

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância-----

Renúncia ao Mandato-----

Caro amigo e Presidente da Assembleia Municipal venho pelo presente solicitar que me seja aceite o pedido de renúncia ao mandato para que fui eleito na Assembleia Municipal, a partir do momento presente. Desejo aproveitar a ocasião para felicitar todos os membros que compõem a Assembleia Municipal bem como eleitos nas freguesias e, igualmente, uma palavra de apreço para com todos os funcionários e técnicos do Município.-----

Com estima e consideração.-----

António Manuel dos Santos Mendes”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para informar que ocupará o lugar do Senhor António Manuel dos Santos Mendes, o Senhor Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), que assumirá definitivamente o cargo de Deputado Municipal na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em nome de toda a Assembleia Municipal declarou o seu mais profundo pesar pelo falecimento do marido da Deputada Municipal e Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Senhoras e os Senhores Deputados se pretendiam intervir neste período.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) para na sequência do pedido de renúncia do Senhor Deputado António Manuel dos Santos Mendes, apresentar em nome da Bancada da CDU uma saudação e reconhecimento.-----

“ Saudação e Reconhecimento-----

Ao Comendador António Manuel dos Santos Mendes-----



Ex-Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Constância-----

Sendo eleito para a Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada a 12 de Dezembro de 1979, o cidadão António Manuel dos Santos Mendes, após 40 anos de actividade autárquica renúncia agora ao seu mandato nesta Assembleia Municipal.-----

Durante todos estes longos anos abraçou a causa pública de forma intensa em prol do desenvolvimento do nosso Concelho podendo afirmar-se sem qualquer demagogia que em cada rua do nosso território, em cada recanto das nossas freguesias, em cada edifício das Associações e Colectividades, em cada estrutura dos serviços públicos existentes a presença da acção do autarca António Mendes é uma constante.-----

Na sessão de hoje, 22 de Novembro de 2019, é oportuno recordar que o cidadão António Manuel dos Santos Mendes, a 13/02/2015 foi condecorado, pelo então Presidente da República com o grau de Comendador da Ordem de Mérito, numa cerimónia que teve lugar no Palácio de Belém, e também a Moção aprovada nesta Assembleia Municipal em 27/02/2015:-----

Passo a ler:-----

“Moção-----

Saudação e Reconhecimento pela atribuição do Grau de Comendador da Ordem de Mérito ao cidadão António Manuel dos Santos Mendes-----

Considerando que;-----

- a) António Mendes é reconhecidamente um autarca exemplar e de excepcional mérito na defesa dos interesses do Concelho de Constância e na promoção do seu desenvolvimento;-----
- b) Que tem toda a vida de dedicação ao serviço público, porquanto:-----
 1. Iniciou a actividade autárquica em 1979, com 29 anos de idade, como vogal da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada;-----
 2. Foi eleito Vereador em 1982, tendo desempenhado esse cargo na oposição até Dezembro de 1985;-----
 3. Em Dezembro de 1985 foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo que desempenhou durante 24 anos, até Outubro de 2009;-----
 4. Em Outubro de 2009 foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Constância, cargo que actualmente mantém:-----
- c) Que a António Mendes se deve o período de mais intenso desenvolvimento do concelho: o abastecimento regular de água de qualidade em todo o território municipal e a total remodelação da respectiva rede, a construção de grande parte da rede de esgotos e a totalidade do seu tratamento efetivo, a construção



- de muitas dezenas de fogos habitacionais e várias urbanizações distribuídas por todas as freguesias, a construção da Escola Luís de Camões e a conseqüente criação dos 2º e 3º ciclos e Secundário, o ordenamento das margens dos Rios Tejo e Zêzere, a construção da Extensão de Saúde de Santa Margarida e do Centro de Saúde de Constância, o atual edifício dos Paços do Concelho, a Zona Industrial de Montalvo, o Centro de Ciência Viva - Parque de Astronomia, o Parque Ambiental de Santa Margarida, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal, as Piscinas Municipais, o Pavilhão Desportivo Municipal, o Posto da GNR – são apenas algumas das muitas importantes obras a que António Mendes está associado;-----
- d) Que, no âmbito regional, fica ligado à criação da Associação de Municípios do Médio Tejo, hoje Comunidade Intermunicipal, à Resitejo (aterro sanitário que serve o nosso concelho, situado na Carregueira) e à Tagus – Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior sediada em Abrantes;-----
- e) Que a sua acção enquanto Presidente da Câmara sempre se caracterizou por uma relação de grande proximidade com os municípios, sendo conhecido de todos o seu hábito de passar diariamente, antes das 8 da manhã, pelos diversos lugares do Concelho, tendo assim oportunidade de falar com todos os que o interpelavam sobre os mais variados assuntos relativos à vida do município;---
- f) Que pautou a sua gestão por grande rigor financeiro e em especial capacidade de atrair financiamentos para o Concelho;-----
- g) Que demonstrou, durante todos estes anos, uma grande capacidade de diálogo com todos os eleitos, quer da sua força política quer da oposição;-----
- h) Quer por outro lado, revelou uma notável capacidade de diálogo com todos os governantes, de todos os governos, qualquer que fosse a sua cor partidária;---
- i) Que a sua vida política sempre se pautou pelos princípios do serviço e da modéstia, nunca fazendo alarde das realizações a que esteve ligado, com uma única excepção, no Arquivo Municipal, inaugurado já depois de terminado o seu último mandato como Presidente da Câmara Municipal, em que foi colocada uma placa com o seu nome alusiva ao seu empenhamento na construção desse equipamento.-----

Face ao exposto,-----

A Assembleia Municipal de Constância, reunida a 27 de Fevereiro de 2015, considera a condecoração atribuída por sua Excelência o Presidente da República, no passado dia 13 de Fevereiro, ao cidadão António Manuel dos Santos Mendes, de Comendador da Ordem



de Mérito, um acto da maior relevância e da mais elementar justiça que constitui um orgulho para o município de Constância e muito particularmente para esta Assembleia Municipal.- A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que seja erigido um monumento ao Comendador António Manuel dos Santos Mendes, num dos equipamentos emblemáticos existentes (por exemplo o Parque Ambiental de Santa Margarida ou junto ao edifício dos Paços do Concelho) a inaugurar em 2016, no dia 25 de Abril ou no dia do Concelho, como reconhecimento e forma de perpetuar a pessoa excepcional que, em mais de 30 anos como autarca de muito mérito, mudou a face do Concelho de Constância, deu-lhe visibilidade nacional e revolucionou a qualidade de vida e de toda a comunidade.-----

A Assembleia Municipal delibera ainda que esta moção seja enviada a todas as Instituições e Entidades Concelhias e a toda a comunicação social nacional e regional.”-----

Considerando que António Mendes é reconhecidamente um autarca exemplar e de excepcional mérito na defesa dos interesses do Concelho de Constância em que toda a sua vida foi dedicada ao serviço público e como até ao momento ainda não foi possível cumprir o que se aprovou por unanimidade em Fevereiro de 2015, vimos lembrar ao atual Executivo Municipal a Moção então aprovada por unanimidade e apelar para o cumprimento de tal decisão a fim de ser valorizado um cidadão de excepcionais qualidades, um autarca de muito mérito que mudou o Concelho de Constância e assim, projectar na comunidade, particularmente nos mais jovens, referências que todos devem guardar.-----

22 de Novembro de 2019-----

Os eleitos da CDU”-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual o ponto de situação da intervenção que seria feita na Estrada Militar em Santa Margarida.-----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo pediu a palavra, para esclarecer uma situação que se prendia com uma notícia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha postado nas redes sociais relativa à Extensão de Saúde de Montalvo e, ao facto de não terem surgido empresas interessadas no concurso público, ficando o mesmo deserto. Toda a gente opinava sobre o assunto dando como solução uma adjudicação direta, pelo que gostava de ser esclarecida, assim como, qual a posição da Câmara neste caso.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para poder responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes e agradeceu

Handwritten signature

as questões colocadas. Respondendo à questão colocada pela Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) sobre a questão da Estrada Militar, começou por dar conta dos desenvolvimentos ocorridos. A Estrada Militar estava há cerca de um ano com uma das faixas interditada ao trânsito por existência de risco eminente de queda e derrocada de pedras do talude. Como todos sabiam a estrada como o próprio nome indicava, era uma estrada militar sobre a qual a Câmara Municipal não tinha qualquer tipo de jurisdição. Era uma estrada que pertencia ao exército, era gerida centralmente pelo exército e localmente, pela Brigada Mecanizada. Relativamente aos procedimentos que tiveram que ser feitos, o papel da Câmara Municipal tinha sido apenas de moderador entre as partes envolvidas, o proprietário do terreno e o exército e, acompanhar de perto fazendo pressão naquilo que podia para que o problema não se arrastasse pelo tempo que se arrastou. Tinha sido tarefa da Brigada Mecanizada, delinear com a Engenharia Militar qual a intervenção que iria ser feita naquele espaço. Foi preciso falar com o proprietário do terreno porque os taludes não se encontravam em propriedade do Estado. Depois, apresentarem o estudo ao proprietário do terreno, tendo surgido um conjunto de questões sobre a delimitação da propriedade particular. Pesquisar plantas desde a instalação do Campo Militar na década de cinquenta, tudo isto tinha levado muito tempo. O próprio proprietário teve que fazer um pedido junto do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para o abate de alguns sobreiros que se encontravam no talude. Dados estes passos e com a autorização expressa do proprietário, a Engenharia Militar estaria em condições de iniciar a obra, com previsão para o dia dois de dezembro do corrente ano. Aquilo que tinha sido solicitado à Câmara Municipal por parte da Brigada Mecanizada tinha sido ajuda na colocação de alguma sinalética e a distribuição de informação à população, dando conta do encerramento da estrada Militar pelo período de três meses.-----

Relativamente à questão que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo tinha colocado referente à Extensão de Saúde de Montalvo, lembrou que a situação do concurso da empreitada do Centro de Saúde ter ficado deserto, infelizmente passava-se em todo o País. Durante os anos da crise económica ou financeira, muitas das empresas que existiam faliram, e as que não tinham falido, tinham passado por grandes dificuldades. Um conjunto de mão-de-obra qualificada, nomeadamente armadores de ferro, carpinteiros, pedreiros e mesmo serventes, acabaram por emigrar e as empresas hoje deparavam-se com falta de mão-de-obra e sem capacidade de resposta para o número de obras que existiam atualmente no País. O concurso da Extensão de Saúde não tinha sido o primeiro a ficar deserto, o Açude de Santa Margarida, só ao segundo ou terceiro procedimento é que tinham conseguido uma empresa para fazer a obra; o Parque Infantil Doutor Luís



Soares tinha sido só à terceira vez. Explicou que a Câmara teve de fazer uma revisão dos valores que tinham estimado para a Extensão de Saúde de Montalvo e já tinham lançado um novo procedimento por consulta prévia, tendo para o efeito convidado cinco ou seis empresas a apresentarem propostas. Contavam que com este procedimento surgissem propostas para que a obra fosse adjudicada e se iniciasse o quanto antes. Não eram os atrasos dos pagamentos a fornecedores que dificultavam o surgimento de interessados, o prazo médio de pagamento no presente era de quinze dias, a questão colocava-se no aumento do número de obras existentes e a falta de capacidade de resposta das empresas. O facto de não ser feita uma adjudicação direta, prendia-se com os montantes envolvidos, uma questão de princípios e transparência.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC) referindo que o MIC tinha uma Moção para apresentar que se intitulava Pela Defesa do Tejo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizou a Senhora Deputada a fazer a sua leitura:-----

“Moção-----

Movimento Independentes por Constância (MIC)-----

Pela Defesa do Rio Tejo-----

Considerando que:-----

O Rio Tejo é um rio que atravessa o Concelho de Constância;-----

Os caudais reduzidos no rio Tejo agravam a intensidade da poluição das suas águas e o Concelho de Constância sai diretamente afetado-----

A destruição de todo o ecossistema do leito do rio Tejo tem impacto ambiental negativo e aniquila o sustento de populações ribeirinhas que sempre viveram com os rios e dos rios--

O rio Tejo tem uma importância capital no âmbito ecológico, na protecção da biodiversidade e na vida dos Constancienses-----

Pelos fatos expostos e ao abrigo da alínea e) Arteº 51ª e alínea b) arteº 53º do Regimento da Câmara Municipal de Constância, o MIC propõe:-----

a) Que sejam adotadas medidas para o cumprimento da “Diretiva Quadro da água”-----

b) Ordenar e quantificar um regime de caudais ecológicos diários, semanais e mensais baseados nos Planos da Bacia Hidrográfica do Tejo e na Convenção de Albufeira-----

c) Sejam apresentados ao Município de Constância todas as informações sobre os estudos que são realizados para a preservação e manutenção dos Caudais da Bacia do Tejo-----

d) Seja realizada rigorosa fiscalização contra a poluição no rio Tejo e seus afluentes-----

e) Que o Ministério do Ambiente equacione a possibilidade de ser encontrada alternativa para a gestão dos afluentes das indústrias, no sentido de reduzir a carga poluente no rio

Handwritten signature

Tejo-----

O MIC pretende que se envie a presente Moção:-----

Aos Municípios de Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Golegã e Mação-----

Aos grupos parlamentares da Assembleia da República-----

Ao Ministro do Ambiente-----

À Agência Portuguesa do Ambiente-----

À Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
(IGAMAOT)-----

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
(CCDRLVT)-----

Constância, 22 de Novembro de 2019-----

A Deputada da Assembleia Municipal de Constância-----

Carmen Silva”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação para discussão,
sendo a mesma aprovada para discussão, por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Deputados
para a discussão da Moção.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) para referir que por parte
da bancada da CDU, estavam inteiramente de acordo com o teor da Moção, era pena que
Portugal tivesse andado tantos anos a reboque de Espanha por causa da negociação dos
caudais. Quem conhecesse o Tejo desde a nascente, sabia quantos hectómetros de água
eram logo transvazados da nascente do Tejo para a comunidade de Múrcia, e a seguir,
para toda aquela região da Andaluzia, com a agravante de os Catalães não deixarem fazer
transvazes a norte do Ebro, fazendo todos os transvazes do Tejo. Qualquer dia teríamos
apenas o sítio onde o rio passava, porque com esta passividade, dificilmente iríamos
receber água de Espanha nos períodos mais críticos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS),
começando por referir que concordava com a Moção apresentada. Era uma preocupação
geral a falta de águas do Tejo e seus afluentes. Pela informação que tinha, existia um
compromisso governamental em concordância com os Ministérios do Ordenamento do
Território, da Agricultura e do Ambiente e, reforçar o sentido desta preocupação, revendo-
se o que estivesse a correr menos bem. Não se deveria dar a batalha como perdida.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro José Lopes Pereira (PS), começando a sua
intervenção por dizer que existiam dois problemas; um era o do caudal, o outro era a
verificação, ou falta dela, da poluição que existia nos nossos rios. As análises que tinham



sido feitas à empresa Celtejo, eram para ter sido divulgadas em outubro, depois tinha havido um atraso, já tinha passado um ano e as análises nunca mais apareceram, pelo menos à comunicação social não tinham chegado. Em vez de voltarem a pedir análises, fossem procurar as que já tinham sido feitas. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção apresentada pelo MIC (Movimento Independentes por Constância) a votação, sendo esta aprovada por unanimidade.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Secretária Carla Alexandra Pereira Silvério para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Colocado a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Eleição de um autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;-----
3. Junta de Freguesia de Montalvo – Visita da População Sénior ao Borboletário – Isenção de pagamento de preços – Para deliberação;-----
4. Junta de Freguesia de Constância – Utilização do espaço Zêzere – Isenção de pagamento de preços – Para deliberação;-----
5. Proposta de documentos previsionais para o ano de 2020 e seguintes – Para deliberação;-----
6. Proposta de mapa de pessoal e respetivo anexo para o ano de 2020 – Para deliberação;
7. Informação sobre a situação económica e financeira do 1º semestre de 2019 do Município de Constância – Para conhecimento;-----
8. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
9. Outros assuntos de interesse-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se alguém pretendia fazer alguma intervenção.-----

Pediu a palavra o Senhor Arsénio Cristóvão, de Montalvo, cujo assunto se prendia com o Campo de Futebol Municipal.-----

Começou por dizer que já tinha abordado este assunto numa Assembleia há uns meses, tinha a ver com o terreno envolvente ao sintético. Via com alguma apreensão e tristeza, a alcatifa continuar enrolada, sem qualquer tipo de utilização. Pelo que, gostaria de saber



qual o ponto de situação relativamente a este assunto. Aproveitava também para questionar sobre o ponto de situação, relativamente à linha de média tensão que atravessava o terreno onde estava situado o Centro Escolar de Montalvo.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Arsénio Cristóvão.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente ao Campo de Futebol, a rega tinha sido instalada e nas próximas semanas o espaço envolvente ao Campo seria regularizado e aplicada a relva sintética. Hoje mesmo, na reunião de coordenação que tinham tido, acertaram os pormenores e, se o tempo o permitisse, esses trabalhos seriam iniciados na próxima semana. Quanto à linha de média tensão no Centro Escolar de Montalvo, o processo decorria em Tribunal, não havendo alterações ao que vinha do antecedente.-----

PONTO 2 - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os líderes das bancadas se tinham algum nome para apresentar.-----

A Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa, pela bancada do PS, apresentou um autarca da freguesia de Montalvo, o Senhor Pedro Filipe Marques Amaro.- Pedeu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) para referir que o autarca Pedro Amaro era Presidente da Associação de Caçadores e tinha assento por inerência na Comissão. Portanto, se tinha assento por inerência não podia estar em duas representações.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha solicitado ao Jurista da Câmara um parecer, embora verbal, sobre o assunto, tendo como resposta que esta indigitação se sobrepunha à da inerência.-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta do autarca Pedro Filipe Marques Amaro a votação, sendo esta aprovada por maioria, com onze votos sim e quatro votos em branco.-----

PONTO 3 - JUNTA DE FREGUESIA DE MONTALVO – VISITA DA POPULAÇÃO SÉNIOR AO BORBOLETÁRIO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PREÇOS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a proposta

Fonseca

se prendia com uma solicitação da Junta de Freguesia de Montalvo à Camara Municipal, para uma visita da população sénior daquela freguesia ao Borboletário Tropical. Muitas pessoas desconheciam que existiam no concelho alguns equipamentos e, era uma forma de levar alguns seniores da freguesia de Montalvo a conhecer um deles, no caso em concreto, o Borboletário Tropical na freguesia de Santa Margarida.-----

Como a competência para estas isenções às juntas de Freguesia, era da Assembleia Municipal, por essa razão que aqui vinha.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que a bancada da CDU não se opunha, bem pelo contrário, classificava de meritório este trabalho. Se os equipamentos existiam era para serem utilizados, no entanto, estas solicitações deveriam vir à Assembleia em tempo oportuno e não apenas para ratificação.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS) para referir que esta oportunidade deveria ser extensiva a toda a população residente no concelho. Não eram só os seniores que não conheciam os equipamentos disponíveis no concelho, todos deveriam ter uma primeira visita gratuita. Sobre a oportunidade temporal do documento referida pelo Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira, concordava, mas observou que este executivo ainda não se tinha libertado de alguns pequenos vícios do passado, como as ratificações.-----

A Senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC) pediu a palavra para salientar que a Junta de Freguesia de Montalvo já recebia uma verba mensal da Câmara. No final do ano eram mais de dez mil euros e, utilizando uma metáfora, comparou esta isenção, ao filho que recebia a mesada mas depois estava sempre a pedir mais dinheiro.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para esclarecer a questão que a Senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva tinha evocado, referindo que as Juntas de Freguesia recebiam a transferência da Câmara Municipal mas, para o exercício de um conjunto de competências que nada tinham a ver com este caso em concreto, eram assuntos completamente distintos.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção do MIC.-----

PONTO 4 - JUNTA DE FREGUESIA DE CONSTÂNCIA – UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO ZÊZERE – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PREÇOS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por informar que se tratava de uma solicitação semelhante à anterior mas, referente à Junta de Freguesia de




Constância que pedia a utilização do Espaço Zêzere, com isenção do pagamento.-----
Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este
ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 5 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020 E
SEGUINTE – PARA DELIBERAÇÃO;**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da
Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, o
Orçamento Municipal para o ano de dois mil e vinte rondava os sete milhões cento e
quarenta mil euros. Era um pouco inferior ao orçamento anterior e os principais
investimentos que estavam consagrados eram; a Requalificação da Zona Ribeirinha, uma
requalificação que pretendiam fazer, estava aprovada no âmbito do PARU (Plano de Ação
de Regeneração Urbana) e para a qual existia financiamento comunitário, a Requalificação
do Parque Ambiental de Santa Margarida, outro equipamento a precisar de uma
intervenção de fundo, o projeto da Praia Fluvial, tendo presente que este processo era um
processo bastante moroso, era necessário ter a aprovação de entidades externas,
nomeadamente da CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo) e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Já tinham um
estudo prévio e iriam trabalhar para conseguir esse projeto, iriam requalificar as bermas da
estrada militar em Malpique na zona do troço urbano, cujo protocolo a celebrar com o
exército estava praticamente fechado faltando alguns pormenores para que fosse
assinado, a construção dos balneários do Campo de Futebol, uma aspiração já de alguns
anos e queriam executá-la em dois mil e vinte. Ao nível cultural; a reabertura do Cine Teatro
continuariam a desenvolver as atividades que até agora tinham vindo a desenvolver como
as Festas do Concelho e de Nossa Senhora da Boa Viagem, a instalação da Rede WiFi no
Centro Histórico, achavam que era uma mais-valia para o comércio tradicional. A nível
social dariam continuidade ao Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos, às Bolsas
de Estudo do Ensino Superior, ao Cartão Sénior Municipal que tinha sido criado este ano
e estava em processo de implementação/solidificação, ao Gabinete de Saúde Oral que se
não fosse o percalço do concurso da obra da Extensão da Saúde, ainda teria sido iniciado
este ano. Atendendo aos prazos e à proximidade do Natal e Ano Novo, muito
provavelmente a obra da extensão de saúde só se iniciaria no próximo ano, embora tivesse
uma parte do valor, inscrito neste orçamento. -----

Para além destes investimentos que consideravam fundamentais e com financiamento
comunitário, era preciso ter em atenção a dimensão do Concelho, fazendo uma



planificação financeira rigorosa, por forma a terem as contas certas e equilibradas, sendo este documento que traziam à Assembleia o resultado dessa linha de pensamento, visando dar resposta às necessidades das populações e melhorando a respetiva qualidade de vida das mesmas.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) que começou por fazer alusão a uma das obras a que o Senhor Presidente se tinha referido, a implementação do Gabinete de Saúde Oral, que em sua opinião, era uma forma de melhorar os cuidados de saúde primários e garantir um trabalho de proximidade nomeadamente, no âmbito da saúde oral mas, ao longo do documento, não tinha encontrado nenhuma rúbrica que contemplasse a implementação desse Gabinete. Assim, gostaria de saber se já existia alguma data para o início desse serviço no nosso concelho. Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), começando por uma questão prévia; não se lembrava se tinha sido em abril ou maio que tinha sido empossado o Conselho Municipal da Juventude. O Conselho Municipal da Juventude deveria ter reunido e dar parecer sobre este documento, sendo uma das suas funções. Não possuía esse parecer, pelo que existia algo que não estava bem. Uma outra questão prendia-se com o orçamento. Um orçamento de cerca de duzentos e tal mil euros a menos que o de dois mil e dezanove, com um aumento da despesa corrente, em duzentos e três mil euros, o que não deixava de ser significativo, porque se ia para a despesa corrente, faltava na despesa de capital, ou seja, nos investimentos e isso deveria preocupar o município. Quando diziam que não tinham dinheiro e era verdade, o dinheiro era pouco, mas o que viam era uma inversão daquilo que deveria ser a funcionalidade, daquilo que deveria ser a poupança da Câmara. Gastavam mais mesmo com um orçamento mais baixo em despesas correntes, e gastavam muito menos em despesa de investimento.----- Existiam no documento alguns projetos que ninguém poderia estar em desacordo, como a Extensão de Saúde de Montalvo, as Faixas de Combustível, a construção dos Balneários do Campo de Futebol Municipal, a Requalificação da Zona Ribeirinha e o Parque Ambiental, no entanto não podiam estar de acordo com as palavras do Senhor Presidente, quando referia que não podia fazer tudo ao mesmo tempo, porquanto, se não aproveitassem ao máximo os fundos comunitários disponíveis, outros aproveitariam.----- Liam no documento entregue, que não existia uma noção estratégica para o concelho, não existiam ideias. Na introdução do Senhor Presidente, não havia uma referência clara ao Turismo, sendo Constância um concelho com vocação turística. Não existia uma palavra sobre a travessia do Tejo e se, num Plano de Atividades não apareciam, algo estava errado. A questão de Santa Margarida e da sua desertificação acentuada, nem uma palavra



sobre o assunto. A preocupação pela redução de alunos na nossa escola que este ano tinham sido cerca de cem alunos e nada daquilo estava retratado nas preocupações do Presidente. O combate às alterações climáticas tinham uma série de ações, tudo medidas desgarradas. Eram questões que julgava serem estruturais e que se não se preocupassem com elas daqui por vinte anos não teríamos concelho.-----

Continuou com algumas outras questões também concretas, como a substituição das condutas de fibrocimento, felizmente já eram poucas, nomeadamente na Avenida D. Afonso Henriques em Montalvo e dois pequenos troços na Aldeia de Santa Margarida. Também estes casos deveriam ser uma preocupação prioritária.-----

As obras previstas para a estrada militar eram uma melhoria significativa, mas o importante em termos futuros, tendo em conta as condições políticas favoráveis, era passarem a estrada militar para a alçada do município, depois das obras feitas e com um tapete novo. Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) referindo que quando o Senhor Presidente tinha começado por apresentar os principais investimentos que iriam ser feitos, nomeadamente a requalificação da zona ribeirinha e a requalificação do Parque Ambiental, verificava que no documento, existia uma outra verba com um valor para beneficiação bastante avultado que se destinava à Piscina Municipal, pelo que, pretendia perguntar o que é que estava previsto para aquele equipamento.-----

Também na questão da eficiência energética e nos projetos que neste momento tinham financiamento definido, concretamente este da Piscina Municipal, saber do que se tratava. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão que a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) tinha colocado sobre o Gabinete de Saúde Oral. As consultas orais começariam em dois mil e vinte, por essa razão o documento orçamental não tinha verba inscrita, era essa a justificação.-----

Quanto às questões que o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado sobre a falta de um parecer do Conselho Municipal de Juventude, disse tratar-se de um Parecer não vinculativo, não impedindo que fosse colocado depois para se pronunciarem, à semelhança do que acontece com alguns documentos do Conselho Municipal de Educação.-----

Relativamente ao aumento da despesa corrente respondeu que deveria haver seriedade nas abordagens que se faziam. Todos os Deputados deveriam saber que o salário mínimo no próximo ano ia aumentar e que o descongelamento das carreiras da função pública tinha acontecido já este ano e iria continuar no próximo ano. O aumento da despesa



corrente devia-se assim, à atualização dos salários e, acreditava que a bancada da CDU não era contra o aumento do salário dos trabalhadores.-----

Quanto aos fundos comunitários, respondeu que tinham aproveitado tudo o que eram fundos comunitários e não deixavam de se candidatar a novos fundos cujas taxas de financiamento fossem apetecíveis. Lembrou que era preciso entender que se estava no fim de um quadro comunitário, o município de Constância em termos de execução dos fundos comunitários da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) era um dos melhores. Ao nível dos fundos comunitários do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), a única coisa que faltava executar era a zona ribeirinha e estavam a preparar tudo para que no início do ano, durante o mês de Janeiro, lançassem o processo de contratação pública para dar início à obra. Também estavam a trabalhar em mais dois projetos estratégicos para o concelho; o Plano de Acessibilidades Local e, só com a definição desse plano é que conseguiam recorrer a fundos comunitários e na área da estratégica da habitação. Estavam a trabalhar nesses documentos orientadores (projetos).-----

No respeitante à nova travessia sobre o rio Tejo, pouco tinha a acrescentar, todos sabiam qual era a posição da Câmara de Constância que continuava a ser a mesma. Aquilo que sabia era que estava inscrito no Plano Nacional de Investimentos para a próxima década uma nova travessia sobre o rio Tejo, não se conhecendo a localização exata da mesma.-- Relativamente a Santa Margarida da Coutada e à sua desertificação, disse que o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira ou não tinha visto, ou fazia que não tinha visto, até na nota introdutória do documento existia uma referência a Santa Margarida, na questão da instalação da fibra ótica e da construção de um Regulamento que visava a construção e a reconstrução, com um conjunto de incentivos fiscais por forma a atrair população. Para além do mais, já tinham descido os preços dos lotes de terreno em Malpique para cinco euros o metro quadrado. Era uma medida e um incentivo cujo Edital estava sempre aberto, tendo já sido vendido um dos lotes a um casal de militares que se pretendia fixar em Santa Margarida.-----

Quanto à questão colocada sobre as condutas de fibrocimento, quando foi detetado esse problema há uns anos, tinha sido feita uma avaliação que tinha concluído que o estado atual do material não tinha impacto nas pessoas, não existindo problemas a nível da saúde. Lembrou que as condutas de fibrocimento não tinham sido colocadas há dois anos, era uma situação que se arrastava há trinta e tal anos. Assim que surgisse a nível do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) possibilidade de uma candidatura, ela seria feita para que fossem substituídas aquelas condutas.----- Relativamente à estrada militar, lembrou que o município já tinha grandes dificuldades em



manter algumas estradas municipais em perfeitas condições de circulação, quanto mais, assumirem a responsabilidade pela estrada militar. Se caíssem na tentação de fazer agora um brilharete, negociando com o governo o alcatroamento da estrada, daqui por quinze ou vinte anos, quem cá estivesse e quando a estrada precisasse de ser novamente intervencionada, tinham um grande problema em mãos para resolver.-----

Quanto à Extensão de Saúde de Montalvo, pensava que já tinha ficado clara a posição na altura, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, se insistissem com a ideia da Extensão de Saúde na Casa do Povo de Montalvo.-----

Quanto às questões que a Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) tinha colocado estava previsto um investimento na Piscina na eficiência energética tal como no Pavilhão. No Pavilhão, a candidatura já tinha sido aprovada, a obra adjudicada e tudo apontava para a sua breve conclusão. Visavam a melhoria dos dois equipamentos e tinham sido duas candidaturas apresentadas no anterior mandato e que agora iriam ser executadas.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), para responder ao facto do Senhor Presidente da Câmara dizer que deveriam ser sérios na análise que faziam aos documentos. Referiu que séria era a análise por ele feita, a despesa corrente aumentava duzentos e tal mil euros e a de capital reduzia quatrocentos e tal mil euros. Estes tinham sido os documentos que lhe tinham chegado para análise. Verificava que havia uma redução do orçamento e um aumento da despesa corrente de duzentos e trinta mil euros e, uma diminuição na despesa de investimento de capital de quatrocentos e trinta mil euros.-----

Lembrou que tinham tido uma Assembleia Intermunicipal esta semana, na Terça-feira e os serviços de Saúde Oral ainda estavam para aprovação na unidade de gestão. Tinha sido esta a informação que lhe tinham dado, pelo que punha dúvidas que saísse já a decisão dos Gabinetes de Saúde Oral para se fazerem as adjudicações ainda este ano, e respetivos pagamentos. Disse ter ficado satisfeito pelo facto de já ter sido vendido um Lote de terreno em Malpique e, caso a Câmara Municipal tivesse aceite a proposta da CDU há um ano na Câmara Municipal para colocar os preços ao valor que estão agora, provavelmente já tinham vendido mais.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) para um esclarecimento; no quadro 1/31 – Grandes opções do Plano, existiam datas de início e de fim, algumas tinham o início em janeiro de dois mil e dezanove e términos em dezembro de dois mil e dezanove. Depois, tinham outras datas com o início em janeiro de dois mil e vinte e final em dezembro de dois mil e vinte. Gostava de saber se era engano?-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder á questão apresentada pelo Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) sobre o aumento da despesa corrente, referindo não querer concluir que a CDU era contra o aumento dos salários dos funcionários públicos e do descongelamento das carreiras. Quanto à questão da estrada militar, estava fora de questão uma intervenção da autarquia. Há vinte anos existiam apoios para requalificar estradas, hoje não havia um único cêntimo. No governo da Troika, tinha sido comunicado à Comissão Europeia que Portugal não necessitava já, de fundos para requalificar estradas, tendo sido considerada uma prioridade negativa. Neste momento não existiam fundos destinados a este fim.-----

Relativamente à questão de baixar o preço dos lotes em Santa Margarida, disse estarem no exercício deste mandato há dois anos e em dois anos, tinham baixado o preço dos lotes duas vezes. A primeira, para um valor que achavam que era justo, e agora para cinco euros. Nos mandatos anteriores com gestão da CDU, os lotes apenas tinham descido uma vez e já não se vendiam lotes naquela urbanização desde dois mil e nove.-----

Relativamente à questão que a Senhora Deputada Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) tinha colocado, pensava tratar-se de um lapso, passando a palavra à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, para esclarecimento.-----

A Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, no uso da palavra, explicou que tinham optado por alinhar as Grandes Opções do Plano num mapa estratégico para quatro anos, em vigor ao longo do mandato. A lógica era que, todos os projetos que tinham continuidade ao longo deste mandato manterem-se sempre com o ano de dois mil e dezanove, ano em que foram criados. Todos os projetos novos que eram normalmente de execução no ano ou pontuais, seriam abertos com o ano de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, etc.. A aplicação datava automaticamente o período do ano a que respeitava o projeto. Disse não ter reparado e não ter qualquer impacto em termos de projeção.-----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que era verdade que a despesa corrente aumentava, fruto de dois fatores; o aumento do salário mínimo nacional e a reclassificação dos funcionários públicos com o descongelamento das carreiras. Eram estes os dois motivos essenciais para o aumento da despesa corrente.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com quatro abstenções, três



da bancada da CDU e uma do MIC.-----

A Bancada da CDU apresentou uma Declaração de voto.-----

“Documentos Previsionais para o ano de 2020.-----

Declaração de voto.-----

Após análise dos documentos Previsionais para o ano de 2020 a CDU vem declarar o seguinte:-----

Contempla o documento em causa um conjunto de projectos que vêm ao encontro da necessidades da população e que a CDU há muito vem exigindo, nomeadamente;-----

- Construção da Extensão de Saúde de Montalvo que embora podendo evitar o investimento de cerca de 120.000€ aos cofres da autarquia e do país, caso os serviços se mantivessem na Casa do Povo não deixa de ser uma melhoria significativa no acesso aos cuidados de saúde daquela freguesia; Construção dos Balneários do Campo de Futebol Municipal;-----

- Requalificação da Zona Ribeirinha e do Parque Ambiental são alguns dos projectos que ninguém pode estar em desacordo.-----

- Pese embora o que atrás foi dito não deixa de ser preocupante na acção do executivo a falta de ideias, estratégia e planeamento para um futuro de sustentabilidade do Concelho. Não se encontra no documento uma linha que nos aponte o que se quer para o sector do Turismo, não se fala no principal estrangulamento do Concelho que é a travessia do Tejo, não se tem uma palavra sobre a desertificação permanente e acentuada da margem sul do Concelho, não se assume, e por isso não existem medidas para combater a diminuição acentuada de alunos da nossa escola, não é apresentada uma política organizada e coerente de combate às alterações climáticas. Quanto a acções que deveriam fazer parte do Plano como os acessos em segurança ao Centro Escolar de Montalvo, a substituição de condutas de rede de águas em fibrocimento, nomeadamente na avenida D. Afonso Henriques em Montalvo e dois pequenos troços no lugar de Aldeia em Santa Margarida provam que o que é mais importante no momento é o que a população vê e, não aquilo que é essencial na qualidade de vida. O projeto sobre a requalificação de bermas da Estrada Militar é quanto a nós mais um “projetozinho” que embora importante, não deixa de continuar a ser um remendo, quando numa perspectiva abrangente aquela via deveria ser da responsabilidade do município e não da estrutura Militar, mas pelos vistos não existe “peso” nem vontade por parte da Câmara Socialista e do Governo também Socialista, para arranjar uma solução definitiva.-----

Pelas razões invocadas os eleitos da CDU não poderão votar favoravelmente os Documentos propostos pelo Executivo Municipal.-----

Handwritten signature

Constância, 22 de Novembro de 2019-----

Os eleitos da CDU”-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para fazer um breve comentário à declaração de voto apresentada pela bancada da CDU, em particular a um assunto recorrente e difícil de compreender, como era a discussão da alternativa à Extensão de Saúde de Montalvo, na Casa do Povo. Tinha ficado claro para todos o desenvolvimento do processo e era difícil perceber como é que depois deste assunto tantas vezes falado e clarificado se volta a falar numa despesa desnecessária, devendo manter-se o mesmo na Casa do Povo. De uma vez por todas tinha que ficar entendido que se mantivesse nas instalações da Casa do Povo, não seria uma realidade nem seria executado.-----

PONTO 6 - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL E RESPETIVO ANEXO PARA O ANO DE 2020 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os Senhores Deputados tinham a informação correspondente, salientando que o número de lugares previstos no mapa de pessoal, não iria aumentar, tendo em conta aquilo que existia até á data. Durante o corrente ano já tinham saído três trabalhadores por aposentação e estavam pendentes mais dois ou três. No próximo ano perspetivavam-se mais um conjunto de aposentações.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) solicitando quais as novas contratações que estavam previstas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estava previsto prover um lugar de Fiscal Municipal na Divisão de Serviços Técnicos e Planeamento Urbanístico; um lugar de Assistente Operacional no serviço de transportes, trânsito e comunicações; estava aberto há vários anos e continuava aberto o lugar de Dirigente Intermédio de 3º Grau e, um lugar de Assistente Operacional, na ação social saúde e educação, que era um lugar caso fosse necessário contratar alguém para alguma das escolas.-----

Não havendo dúvidas, nem mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com quatro abstenções, três da bancada da CDU e uma do MIC.-----

PONTO 7 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO;---



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o relatório e o acompanhamento do Revisor Oficial de Contas era referente ao primeiro semestre.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que o documento era apenas para conhecimento e referia-se apenas ao primeiro semestre e, sendo apenas o primeiro semestre não definia o ano. Nas contas de gerência do final do ano é que iriam ver os resultados, no entanto era uma análise um pouco preocupante, porquanto o saldo negativo era substancial.-----

Quanto a financiamentos comunitários estava previsto o município receber cerca de um milhão, cento e quarenta e dois mil euros, só tinham recebido ainda dezasseis mil, queria saber se de facto este valor estava correto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo que respondesse a esta questão.-----

No uso da palavra, a Dra. Marisa Figueiredo informou que o valor previsto no relatório de arrecadação seria o valor anual, portanto, estes dezasseis mil só consultando a execução teria o valor recebido até trinta de Junho. À partida, estaria em sintonia com o balancete e seria a execução à data, mas o valor seria o valor anual.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não havendo mais questões e como este ponto era para conhecimentos passaria ao ponto seguinte.-----

PONTO 8 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) referindo que tinha algumas dúvidas de interpretação do documento que passava a expor; existia no documento a participação de um Vereador na reunião da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), gostaria de saber se na restrita ou alargada e, se esta reunião tinha tido carácter extraordinário, e qual o motivo; também gostava de ter conhecimento sobre a participação da Câmara Municipal no evento realizado no Concelho, no dia Mundial da Diabetes e qual o público-alvo; na informação que tinha recebido, salvo erro em junho, era mencionado sobre a Rede Solidária do Medicamento, do Programa ABEM (Programa Solidário da Associação Dignidade), que o programa apoiava doze agregados familiares, num total de vinte beneficiários, o que hoje gostava de saber era se o número se mantinha ou se tinha aumentado? Sobre o programa em si, gostava de saber como era feita a triagem dos beneficiários e nessa triagem como é que a Câmara conseguia perceber se os



rendimentos desses mesmos beneficiários tinham aumentado durante este período? Relativamente à RLIS (Rede Local de Intervenção Social), na informação que lhe tinham enviado referiam que se destinava a três concelhos, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Constância, a sua pergunta era específica; sabia que se tinha iniciado a treze de dezembro de dois mil e dezasseis, sabia que era um projeto piloto que tinha um período de três anos, isto era, em dezembro seria o fim! Então questionava se a Câmara Municipal ou a Segurança Social já tinham alguma solução ou alguma orientação, e se fosse a Câmara a assumir esta intervenção, se tinha recursos previstos e suficientes para lhe dar continuidade?-----

Quanto ao Cartão Sénior, gostaria de saber o número de candidaturas apresentadas até ao momento.-----

Também queria ser informada sobre a monitorização que a Câmara fazia na rede viária em mau estado de conservação, se estava ou não a ser feita e se tinham algum levantamento neste momento de qual era o número de redes viárias que estavam em mau estado no Concelho de Constância?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta à primeira questão que a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) tinha colocado sobre a participação nas reuniões da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), passou a palavra à Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo, para esclarecer essas questões, visto serem reuniões onde a Senhora Vereadora tinha participado.-----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo esclareceu que a sua presença nas reuniões da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), quer alargadas quer restritas, se deveu exclusivamente ao facto da Presidente da CPCJ, nomeada, Maria João Ferreira, trabalhadora do município, se encontrar de licença de maternidade.-----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu nas respostas à Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU). Sobre a participação da Câmara no evento do Dia Mundial da Diabetes, referiu que lhes tinham solicitado a intervenção e o auxílio para assinalar o Dia Mundial da Diabetes, tinha decorrido uma reunião e ficado definido que esse apoio se traduzia em ceder uma sala nos equipamentos públicos para que pudessem fazer um despiste relativamente ao grau de perigosidade em ser diabético, concretamente, os trabalhadores do município, os Bombeiros e a GNR.



Depois, tinha sido transversal, estendendo-se também às freguesias que por uma questão de facilidade de deslocação tinha sido pedida a cedência do espaço da Junta de Freguesia de Santa Margarida, bem como da Junta de Freguesia de Montalvo. As pessoas que tinham feito o rastreio e apresentavam alguma possibilidade de vir a desenvolver a diabetes tinham sido convocadas para uma sessão de sensibilização.-----

Relativamente à RLIS (Rede Local de Intervenção Social), de acordo com indicações da Segurança Social e de uma reunião que tinha decorrido há pouco tempo, tendo em conta a delegação de competências na área da Ação Social, essa competência do acompanhamento das famílias assim como o acompanhamento dos RSI (Rendimento Social de Inserção), passaria para os municípios.-----

Relativamente ao Cartão ABEM, assim como do Cartão Sénior, não tinha presentes os dados, pelo que os faria chegar posteriormente.-----

Quanto à rede viária, a monitorização era feita pelo município, ainda há poucos dias tinham indicado duas ou três estradas municipais que precisavam de uma intervenção rápida.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para referir que continuava com dúvidas sobre a RLIS, se a transferência de competências estava prevista para dois mil e vinte, e a RLIS acabava em dezembro próximo, então, até dois mil e vinte e um quem é que assumia?-----

Em resposta a Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo esclareceu que a RLIS teria o seu fim e, o trabalho que era desenvolvido com a RLIS era uma parceria com as técnicas da câmara e continuaria a ser assegurado pelas técnicas da Câmara. Aquando da transição de competências para o município, além dessas funções haveria outras, como por exemplo o acompanhamento dos RSI.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU), para questionar sobre uma candidatura ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Gostava de saber do que se tratava? Também gostaria de comentar algumas candidaturas no seguimento da reunião da Comunidade Intermunicipal sobre as alterações climáticas, referindo algumas candidaturas apresentadas por alguns Concelhos, tendo muitas dúvidas se as candidaturas apresentadas tinham alguma coisa a ver com boas práticas, como por exemplo o “ensombramento de ruas”. Um dos Concelhos tinha apresentado uma candidatura para impermeabilização de charcas. Para o nosso Concelho e em sua opinião, faria todo o sentido. Assim como faria todo o sentido, a auto-suficiência energética do Parque Ambiental. A sua questão prendia-se se por este programa ou por outro, o município de Constância não conseguia ter mais essa valência para o Parque Ambiental?- Verificava nos documentos, que existia um aumento significativo em prémios de seguros

Handwritten signature: favela

relativamente ao ano anterior, que eram trinta e dois mil euros e, este ano tinham cinquenta e dois mil, vinte mil euros a mais, gostaria de saber a que se devia este aumento em nove meses. Depois, referiu que até outubro, em despesas correntes existiam mais quatro por cento e, em despesas de capital, menos vinte e quatro por cento. Em sua opinião, era sinal que o investimento cada vez caía mais. Na receita corrente menos vinte e um mil euros e na despesa corrente tinham gasto mais cento e cinquenta mil euros, mas o que estava em causa de facto, eram as despesas de capital.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) sobre a candidatura ao ICNF. Disse tratarem-se de apoios normais que eram dados à equipa de sapadores e algum equipamento técnico que também teriam participação.-----

Relativamente à questão colocada sobre a pertinência de algumas candidaturas apresentadas na reunião da Comunidade Intermunicipal disse ter tomado boa nota do assunto.-----

Quanto aos seguros, disse não ter presente todas as alterações que tinham levado ao aumento dos prémios de seguros. Faria chegar a explicação logo que estivesse na posse de todos os dados.-----

Quanto à despesa corrente e de capital, referiu mais uma vez que a despesa corrente tinha aumentado porque o descongelamento das carreiras tinha sido feito este ano. O SIADAP tinha estado congelado durante vários anos e com o seu descongelamento tinha tido efeitos no reposicionamento nas carreiras dos funcionários públicos. A despesa de capital tinha diminuído, porque em dois mil e dezoito ainda tinham cerca de quinhentos mil euros para liquidar do Centro Escolar de Montalvo. Destacou que a dívida do município tinha baixado, bastava olhar para o documento (quadro) e ver a comparação.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC) para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre uma reunião mencionada na relação de reuniões e representações. Tratava-se de uma reunião com o responsável da Vila Poema, entidade promotora do hotel, pelo que gostaria de saber em que fase estavam as obras.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Hotel era um investimento privado fundamental e da maior relevância para aquilo que era o concelho e o seu território. Não era um investimento só para o nosso concelho, mas para toda a região. Tinha tido a reunião na Câmara com o promotor por solicitação deste, cujo principal objetivo tinha sido convidá-lo a estar presente numa visita feita pelas técnicas do Turismo de Portugal à obra tendo em vista sua gestão, dado que a obra era financiada pelo Turismo



de Portugal a fundo reembolsável e o apoio que o Turismo dava para a construção do hotel teria de ser reembolsado pelo promotor. Tinha sido nesse âmbito que se tinha realizado a reunião e a visita à obra.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 9 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vanessa Almeida (PS) referindo que não se tratava propriamente de uma questão mas uma opinião, pelo que pretendia congratular a Câmara de Constância por, pela primeira vez ao fim de tantos anos, ter feito a Feira do Livro na freguesia de Santa Margarida da Coutada, no entanto, não poderia deixar de lamentar o facto de na inauguração não ter estado presente ninguém do Agrupamento de Escolas de Constância. Gostou da descentralização e que para o ano fosse em Montalvo e assim sucessivamente.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) para referir que na ata hoje aprovada estava mencionado que a localização do Posto de Turismo era uma situação provisória, pelo que gostava de perguntar ao executivo se já tinham feito alguma intervenção, se para esta situação de provisória já existia alguma alternativa ou tinha passado a definitiva? Também gostava de saber se a aplicabilidade do Plano Estratégico Educativo apresentado na Assembleia anterior estava a ser fácil e se tinham sido levadas a efeito algumas das medidas aqui discutidas e introduzidas algumas alterações.-----

Sobre a resposta que lhe tinha sido dada sobre a representante da CPCJ, gostaria de saber (uma vez que a Senhora Vereadora tinha dito que esteve em substituição) tendo em conta o Artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro que diz que a composição da CPCJ teria um representante do município indicado pela Câmara Municipal e sendo o elemento a pessoa que agora estava ausente, perguntava se este assunto tinha ido à reunião do executivo e se tinha sido essa deliberação que tinha levado a Senhora Vereadora a assumir essa substituição. Se foi tudo bem, mas tinha ficado com dúvidas.-----

Sobre os equipamentos do concelho, Piscina e Ginásio, questionou se já existia alguma medida em curso para a redução de custos de energia nesses dois equipamentos, atrevendo-se a sugerir, a sensibilização aos funcionários para que pelo menos, nos espaços que estavam desocupados, apagassem as luzes. Também queria ser informada se neste ano tinham aumentado ou se mantinham os alunos e se, a Câmara já tinha tomado alguma medida estratégica de captação de novos utentes, deixando uma preocupação;

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Favank'.

durante o mês de outubro, por motivos alheios à vontade de todos, tinha havido interrupção de aulas. Essas aulas tinham sido compensadas com um horário imposto o que lamentava. Informaram os alunos que essa imposição tinha sido do executivo, gostaria de saber se o executivo tinha feito essa imposição?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão que a Senhora Deputada Vanessa Isabel Nascimento Almeida (PS) tinha colocado. Era verdade que tinham descentralizado a Feira do Livro porque entendiam que existia um conjunto de atividades que deveriam percorrer a três freguesias do concelho. Como o concelho não era muito grande, não era muito difícil fazer isso. Tinha sido com agrado que ontem tinha assistido à sessão do “Serafim” na União Jazz Malpiquense, com a sala completamente cheia e, com as pessoas de Malpique, bem como dos outros lugares da freguesia de Santa Margarida da Coutada a participarem na iniciativa. Quanto à ausência do Agrupamento de Escolas, a Senhora Diretora do Agrupamento, tinha justificado a sua ausência uns dez minutos antes da cerimónia de abertura oficial, ligou-lhe e pediu desculpa por não poder estar presente, tinha que acompanhar um grupo de alunos. Tinha sido esta a justificação que deram e não existia nenhum problema entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas.-----

Relativamente às questões que a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) tinha colocado e começando pelo Posto de Turismo, informou que se isso estava escrito nesses termos, o provisório tinha sido no sentido de se fazer uma avaliação para instalação do Posto de Turismo naquele local. Se não fosse benéfica ou não trouxesse vantagens, estudariam outra solução. Neste momento, pelos dados que tinha o Posto de Turismo manter-se-ia no sítio onde estava.-----

Relativamente ao Plano Educativo e às questões que aqui tinham sido debatidas, não tinha havido quaisquer alterações ao plano, o mesmo estava fechado. Quanto à questão da CPCJ, era uma questão que tinham de analisar e fariam chegar o devido esclarecimento à Senhora Deputada. Na questão da Piscina e do Ginásio, o número de utentes mantinha-se de um modo geral estável, no entanto, estavam previstas algumas ações de captação para mais utentes.-----

Relativamente à questão das aulas de outubro, não impunham fosse o que fosse. Quanto à eficiência energética, iria ter início e na informação escrita já constava essa adjudicação tendo em vista reduzir os consumos de energia nos dois equipamentos.-----



Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que era habitual em cada sessão da Assembleia Municipal obterem a folha diária da situação financeira do município, já há algum tempo que isso não vinha, deixando de ser habitual, questionando qual a razão? Também gostava de saber se e a inventariação do acervo da Quinta de D. Maria já tinha sido feita, estava a ser feita ou qual o ponto da situação. Também gostaria de saber o ponto de situação dos Bombeiros Voluntários de Constância.-----

De acordo com a informação dada na reunião da Comunidade Intermunicipal, iria haver um circuito regular de Autocarros entre as cidades, Abrantes, Torres Novas, Entroncamento, Tomar, Fátima. Questionou o Senhor Presidente da Câmara, quais os encargos e se o município estava ao corrente? Também questionou o motivo pelo qual os Mupis existentes no concelho que tinham sido colocados com a intenção de divulgar as atividades do concelho e, particularmente o Mupi que estava junto ao Camões, estarem vazios. Não se publicitava a Feira do Livro, o Festival do Javali, as Pomonas Camonianas, o Parque Ambiental, não se publicita nada e ainda por cima nem a luz dos mesmos era desligada! Assim como, deveria existir alguma razão para que os projetores do Campo de Voleibol estarem ligados. Também o Parque Infantil Dr. Luís Soares, com obras a decorrer há meses, com entulhos, madeiras, cabos de aço e betão, não estar vedado. Por último, disse ver constantemente a camioneta da grua, nos monos, na areia e em diversos outros serviços e gostava de saber o que tinha sido feito à camioneta Volvo, porque em seu entender era o melhor carro pesado que a Câmara Municipal possuía.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à falta do registo diário de tesouraria, prometendo que viria na próxima Assembleia. Podia no entanto adiantar que neste momento a Câmara Municipal em termos de disponibilidade financeira tinha cerca de novecentos mil euros distribuídos da seguinte forma; na conta que era mais usada na Caixa Geral de Depósitos, tinham cerca de duzentos mil euros, na conta do BPI, onde recebiam o IMI, embora faltasse a última tranche, tinham noventa mil euros e, no Santander Totta, tinham cerca de trezentos e vinte e nove mil euros.-----

Relativamente ao registo do acervo da Quinta de D. Maria, estava feito. Quanto aos Bombeiros Voluntários de Constância não tinha mais nenhuma informação a dar para além daquela que tinha dado na última Assembleia Municipal. Na questão da CIMT disse não ter informação definitiva sobre o assunto. Relativamente à questão dos Mupis, era verdade que os Mupis estavam vazios, tinham retirado os conteúdos que lá estiveram por se

faizale

encontrarem em mau estado. Não deixaram de fazer publicidade às atividades desenvolvidas pelo Município, porque em cada estabelecimento comercial, em cada local de estilo onde as informações eram afixadas, nos locais públicos do costume, era feita a publicidade daquilo que eram as atividades do município. Também nas redes sociais na página da Internet do Município, a publicidade era feita. Se para cada atividade tivessem que preencher os Mupis, gastariam cerca de três mil euros, um valor considerável no entanto, estavam a preparar a publicidade para os mesmos.-----

Na questão dos projetores do Campo de Voleibol, a iluminação que existia naquele espaço era pouca, os próprios candeeiros e pimenteiros eram fraquíssimos e a razão por aqueles projetores estarem ligados era fundamentalmente por uma questão de segurança.-----

Quanto à questão do Parque Infantil Dr. Luís Soares, referiu que o município tinha feito a desmontagem dos equipamentos existentes e a regularização do terreno, por administração direta poupando assim algum dinheiro. A obra estava vedada com as grades do município e se as condições climáticas assim o permitissem, na próxima semana a obra teria o seu início.-----

Relativamente à questão da camioneta Volvo, disse que a camioneta tinha cerca de trinta anos, era necessário uma grande reparação e ponderada a situação tinham decidido adquirir uma viatura nova, o que iriam fazer durante o próximo ano à semelhança do que tinham feito com a varredoura. Por esse motivo é que o Senhor Deputado via a camioneta da Grua a transportar areia, cascalho e recolha dos monos.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Rui Manuel Ferreira (CDU) lembrando que na última Assembleia tinha solicitado o protocolo com o Filipe La Féria, sobre a ocupação dos Mupis e até ao momento nada tinha recebido.-----

Relativamente à questão do camião grua, a sua sensibilidade e apetência para a mecânica era muito pouca e confiava sempre nas informações que os técnicos davam, não era o Presidente de Câmara ou o Vereador que diziam para se abater uma viatura.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia mandou fazer a leitura da minuta da ata, que em seguida, colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

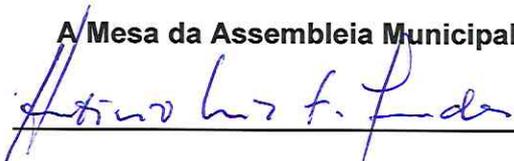
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e doze minutos.-----

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Carla Silveiro

Filipa Alexandre
